



ACÓRDÃO Nº2209/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12258/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Novo Airão.
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Nerita de Castro Menezes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP, DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7022/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Novo Airão. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Novo Airão, sob a responsabilidade da **Sra. Nerita de Castro Menezes**, no exercício de 2021, nos termos do art. 22, inciso II da Lei nº 2423/1996;
- 10.2. **Aplicar multa à Sra. Nerita de Castro Menezes**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Airão no exercício de 2021, no valor total de **R\$6.827,20** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte centavos), pelo Achado 1 do Relatório Conclusivo nº 255/2022-DICAMI (fls. 246/271), visto a remessa extemporânea ao TCE dos demonstrativos mensais referentes aos meses de janeiro, abril, outubro e dezembro/2021, elencados no Relatório/Voto, com base no art. 308, I, "a" da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM. Fixar **prazo de 30 dias** para que a responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de



ACÓRDÃO Nº2209/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Aplicar Multa à Sra. Nerita de Castro Menezes**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Airão no exercício de 2021, no valor total de **R\$3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), pelo Achado 13 do Relatório Conclusivo n. 255/2022-DICAMI (fls. 246/271) visto a remessa extemporânea ao TCE dos RGF referentes aos dois semestres/2021, elencados no Relatório/Voto, com base no art. 308, I, "c" da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM. Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Recomendar** ao atual gestor da Câmara Municipal de Novo Airão que:

10.4.1. atente às regras quanto à indicação de fiscais de contrato para os fins de controlar o recebimento, bem como a utilização do material e



ACÓRDÃO Nº2209/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

o cumprimento das regras contratuais vigentes em obediência aos normativos que regem a matéria;

10.4.2. observe, com rigor, o prazo para publicação tempestiva das informações dos RGF no Portal de Transparência dando cumprimento ao princípio da publicidade.

10.5. Dar ciência do decisório prolatado nos autos à **Sra. Nerita de Castro Menezes**, Presidente da Câmara Municipal de Novo Airão, exercício de 2021.

11- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de dezembro de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral